

CÂMARA SETORIAL DO PESCADO

Memória de Reunião – Extraordinária

Local: Virtual – Plataforma Teams	Data: 06/01/2022	Hora: 10:00
--------------------------------------	---------------------	-------------

Participantes:

Alberto Amorim, Câmaras Setoriais, SAA

Eduardo Ferraz

Gabriela Bergamo

Gianmarco Silva David, Instituto de Pesca (APTA)

Guilherme Nakata

Jair Simão Ferreira

João Batista Fernandes

João Carlos Pimentel, SAA

Marco Antonio Gomes, SAA

Marilsa Patrício Fernandes

Martinho Colpani

Milena Rodrigues de Oliveira, SAA

Pauta:

- Análise de água no Estado de São Paulo

A reunião foi iniciada pelo presidente, Martinho Colpani, que passou então a palavra ao Coordenador Alberto Amorim, que saudou a todos, desejando bom

ano novo e boa reunião. O presidente pediu uma breve apresentação de todos os presentes. Em seguida, passou-se a discutir a pauta, que é a análise da água no Estado de São Paulo. Colpani rememorou a reunião que houve entre a Câmara, conjuntamente com o Secretário Itamar Borges, com a Cetesb, com vistas a resolver a questão da análise da água para o setor da piscicultura.

O presidente pede que os participantes façam suas colocações com referência a proposta apresentada, ressaltando que o apoio do Instituto de Pesca é fundamental para que se obtenha qualidade no trabalho. Ressaltou que não participou diretamente do Grupo de Trabalho, solicitando especialmente à Marilza, que participou dos trabalhos, que ajude a rememorar e deixar claro quais são as reais demandas.

Perguntou especificamente ao Gianmarco como está a questão da dissociação entre o tanque rede e o tanque escavado. A resposta é de que não há claramente essa dissociação, sendo que a principal diferença é que não se está abordando a aquicultura marinha, apenas fluvial (tanque-rede).

Marilza ressaltou que houve duas posições dissonantes entre os presentes à reunião, e historicamente há embates vigorosos com relação à esta questão. Prevaleceu uma norma que é a resolução 32, de março de 2016, que faz o regramento sobre o funcionamento da atividade. Coloca-se favorável à proposta apresentada pelo dr Gianmarco, de que se colete antes e depois no corpo d'água, e que a proposta está muito bem discutida e fundamentada.

O presidente abre a palavra aos participantes para eventuais esclarecimentos. Jair questiona como vai ser colocada a análise para as pessoas que tem declaração de conformidade, que não fazem nada, e não é exigido nada deles. Colpani responde que há um problema no licenciamento, historicamente, que é a falta de norma específica, e excessiva clandestinidade, por conta da evasão à norma, que é bastante complexa. Ressalta que é natural que haja pessoas trabalhando dessa forma, que ocorre também em outros setores, e que a perspectiva é de que as pessoas em desconformidade vão ser responsabilizadas em algum momento.

Gianmarco coloca que a partir do relatório de informação de quantidade de produção é possível fazer a gestão da atividade, pois já dispõe ali informação científica suficiente, para os pequenos produtores. Esclarece que existem limites, dadas pela capacidade de suporte dos ambientes aquáticos, e que a ideia é fazer uma norma viável, que permita o setor sobreviver com sustentabilidade. Ressalta “que somos cientistas e funcionários públicos”, e devem se pautar pela responsabilidade no trabalho.

Jair coloca que não é contra a declaração de conformidade, mas que é instrumento usado de forma irresponsável por alguns agentes. Colpani pergunta se o licenciamento do Jair é ordinário. Ele responde que é o simplificado. Assim sendo, segundo Gianmarco, seria necessário apenas apresentar teor de matéria orgânica nos sedimentos e da produção (Na proposta nova, o DCAA e o simplificado). A intenção é reduzir a burocracia e os custos para os pequenos produtores, que não podem arcar com análises dispendiosas.

Amorim pede a palavra, afirmando que o momento político favorável deve ajudar a aprovar a proposta. O ponto fulcral é a revisão da Resolução 32, e podem contar com o apoio do secretário e do corpo técnico da secretaria para aprovação da proposta.

Guilherme pede a palavra, perguntando se há uma previsão de periodicidade das análises, semestralmente ou somente na renovação. O Dr. Gianmarco responde que enviar os dados brutos, anualmente, após a emissão da LO, e um relatório a cada dois anos, eliminando a amostragem semestral, pois cientificamente não acrescenta muito, em sua visão.

Gianmarco pergunta qual será o encaminhamento. A resposta de Colpani é que o documento será encaminhado pela Câmara Setorial, e o Instituto de Pesca apresenta o trabalho como um aval científico da proposta do setor produtivo. O contato direto entre o IP e o licenciamento da CETESB.

Amorim responde que a Câmara é o braço de contato da sociedade civil com a secretaria de Agricultura. A Assessoria Técnica recebe as manifestações da Câmara Setorial, como a apresentada, e dá o

encaminhamento, para que o Gabinete do Secretário leve até a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e CETESB. Eventualmente a proposta deverá ser enviada também ao Consema. Ressalta que o apoio da Consultoria Jurídica da pasta é fundamental, para que a proposta apresentada seja a mais perfeita possível, juridicamente. Amorim afirma que, tão logo termine a reunião e estando pronta a ata, estará sendo dado o encaminhamento à proposta.

Colpani abre novamente para eventuais considerações dos partícipes. Não havendo manifestação, fica aprovado o andamento da proposta, conforme apresentado, e finalizada a reunião, com os cumprimentos do presidente Colpani, que desejou um ótimo ano a todos.